



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: **Poder e Establishment** **2**

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 15

ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 02/03/2021

Dalila Pereira Machado

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/6717878892709982>

Solange Maria Teixeira

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-Piauí
<http://lattes.cnpq.br/843881088012719>

RESUMO: Este trabalho aborda a temática do envelhecimento, envolvendo a discussão sobre a violência voltada à pessoa idosa, em consonância com o papel das políticas públicas nestes casos, em especial a política de assistência social, que através de serviços da proteção social, pode contribuir para a prevenção e minimização de situações de violações de direitos deste público. O artigo decorre de uma pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que os serviços socioassistenciais para pessoas idosas têm um futuro incerto, especialmente os em domicílios, pouco implementado no país, pela falta de uma política de cuidados para idosos e cuidadores, pela política de austeridade neoliberal e pela atual conjuntura da pandemia do COVID-19.

PALAVRAS - CHAVE: Envelhecimento. Violação de Direitos. Serviços Socioassistenciais.

AGING AND SOCIAL PROTECTION: VIOLENCE AGAINST THE ELDERLY AND ITS PREVENTION THROUGH SOCIAL ASSISTANCE SERVICES

ABSTRACT: This work addresses the theme of aging, involving the discussion of violence aimed at the elderly, in line with the role of public policies in these cases, especially the social assistance policy, which through social protection services, can contribute to the prevention and minimization of situations of violations of the rights of this public. The article stems from a bibliographic and documentary research. It is concluded that socio-assistance services for elderly people have an uncertain future, especially those in households, little implemented in the country, due to the lack of a care policy for the elderly and caregivers, the neoliberal austerity policy and the current situation of the COVID pandemic-19.

KEYWORDS: Aging. Violation of Rights. Social Assistance Services.

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo de base “natural” do ciclo de vida e social ou sociocultural da trajetória de vida do ser humano. Um processo biopsicossocial que por ser complexo, isto é, vivenciado por cada pessoa de modos diferentes, pressupõe impactos e mudanças não somente físicas, mas também psicológicas e sociais no indivíduo. A temática do envelhecimento é bastante atual, por conta do envelhecimento demográfico e aumento

significativo da população idosa de maneira acelerada em todo o mundo. O Brasil cada vez mais se aproxima em ter uma maior parte de sua população composta por pessoas idosas, e, diante disso, cabe ressaltar o quanto este fator implica e implicará nas políticas públicas voltadas para esse público, e em contrapartida, surge a necessidade de ação do Estado em efetivar os direitos e atender as necessidades destes.

Considerando que existem diversos tipos de envelhecer, é preciso ressaltar que há também similitudes. A pessoa idosa, por conta de transformações orgânicas e físicas se torna mais frágil, logo é associada aos estereótipos negativos e pejorativos que a deixa mais vulnerável a sofrer violação de seus direitos. Mas, são as condições de existência, de vida e de trabalho ou ausência desse trabalho formal e protegido que vão gerar diferenças e semelhanças entre os que vivem essas mesmas condições. Ou seja, devido as condições sociais que a integra, para a maioria dos idosos, especialmente, dos mais pobres, estes são mais propensos a terem direitos violados, assim a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desenvolve o papel preventivo de violação de direitos e de situações de risco pessoal e social, tanto na Proteção Social Básica (PSB), como na Proteção Social Especial (PSE) através de Serviços como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, e o Serviço de Proteção Especializada para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias da Proteção Social Especial (PSE), que serão enfatizados posteriormente.

Este trabalho tem como objetivo, traçar uma discussão teórica acerca do envelhecimento e os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) articuladas com a discussão da violação de direitos que caracteriza a violência contra a pessoa idosa, enfatizando serviços de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, que organiza por nível de complexidade o SUAS. As análises apresentadas se fundamentaram na perspectiva teórico-metodológica crítica, tendo como base, pesquisas bibliográficas que enriquecem a discussão ao abordar a temática do envelhecimento e a violação de direitos contra a pessoa idosa, além do papel do Estado na promoção e efetivação de políticas de proteção social voltada à estes mesmos.

2 | O ENVELHECIMENTO ATRELADO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS

O envelhecimento pertence a uma etapa “natural” do ciclo da vida, mas que é também sociocultural, podendo ser caracterizado como um conjunto de mudanças biológicas que acontece ao passar dos anos que envolvem aspectos tanto como físicos, sociais e psicológicos no indivíduo (ZIMERMAN, 2000, p.21). No que tange aos aspectos orgânicos e fisiológicos, está relacionado às características físicas no indivíduo, como o aparecimento de rugas na pele, entre outras características. Em relação à aspectos psicológicos, são resultantes da falta de motivação devido a limitações que perpassam

as dificuldades físicas, como o impedimento da autonomia, baixa autoestima, entre outras alterações psíquicas, e por fim, os aspectos sociais, que remete à diminuição dos contatos sociais, isto é, o isolamento social, abandono, entre outros.

Aspectos biopsicossociais são indispensáveis para compreender o quanto o processo de envelhecimento é complexo, pois quando é analisado de maneira geral, muitos fatores e particularidades são dispensadas. Exemplos destes fatores são determinantes e expressam-se na questão de condição de classe, gênero e raça/etnia, entre outros. Estes mesmos possibilitam a compreensão de que existem vários tipos de envelhecimento, e que os aspectos sociais, da sociedade em que se vive são importantes.

[...] a velhice é uma experiência individual que pode ser vivenciada de forma positiva ou negativa, em consonância com a história de vida da pessoa e da representação de velhice que está enraizada na sociedade em que vive. Assim, pode-se inferir que não importa a quantidade de anos que o indivíduo tem, mas sim, o que ele fez com os anos vividos, e como a sociedade trata alguém com aquela idade. (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 587).

Pessoas de maior poder aquisitivo na sociedade não vivem nas mesmas condições de pessoas também pertencentes a essa faixa etária que são de classes populares e vivem em situação de maior vulnerabilidade social, isto é, possuem menor poder aquisitivo. O acesso à educação, saúde, lazer não são equânimes e desta forma, implicam diretamente na vida dos sujeitos desde a infância, até a velhice. Nesta discussão, destaca Silva (2016, p.226),

é fundamental a compreensão da velhice enquanto uma construção social e histórica revestida do caráter da heterogeneidade. Neste sentido, sobressai o entendimento de que envelhecemos de diferentes maneiras e em diferentes condições. Considerando os critérios de gênero, raça e etnia, verificaremos que a velhice é uma experiência que se processa de forma diferente para homens e mulheres, para brancos e negros e indígenas, tanto nos aspectos sociais, econômicos, quanto nas condições de vida.

Muitos estigmas fortalecem o discurso que existe um “padrão” que caracteriza a pessoa idosa, associando a uma pessoa sem autonomia, incapaz de ter uma vida social ativa, frágil tanto fisicamente quanto emocionalmente, submissa à cuidados de terceiros. Tais estigmas são inaceitáveis, pois coloca a pessoa idosa em um patamar totalmente de homogeneidades. A velhice é um processo normal do ciclo da vida, não uma doença, como se pensa usando o senso comum, pois “envelhecer é um processo multifatorial, multidimensional, [...] é bem mais do que o passar do tempo, a contagem dos anos vividos por cada indivíduo e indivíduos de uma mesma geração.” (PAIVA, 2017, p.102). Obviamente agravos da saúde são consequências não apenas do processo de envelhecimento, mas também das condições de vida e trabalho explorado, degradante, alienado ou desprovido de direitos trabalhistas e sociais. Com esses problemas há maior possibilidade de doenças, incapacidade e dependência de cuidados. O envelhecimento deve ser compreendido em

sua totalidade e pluralidade. Assim, para certos grupos de maior poder aquisitivo pode ser vivenciado de maneira ativa, isto é, de forma saudável, distante de pressupostos que impedem a qualidade de vida da pessoa idosa.

Na realidade brasileira, o processo do envelhecimento confronta-se com altos níveis de desigualdade social do país, que não contribui para uma experiência de vivência de vida positiva, sendo negada para muitos que a vivenciam de forma negativa. Logo, o envelhecimento é heterogêneo e as pessoas têm diferentes experiências de envelhecer. Mas, em função do crescimento acelerado da população idosa e das reformas neoliberais, das políticas de austeridade fiscal, esse fenômeno é visto como um problema para a sociedade. Como ressalta Silva (2016, p. 219), “nessa perspectiva, o envelhecimento populacional é encarado como problema social e não como uma conquista da civilização humana”. Ainda, o envelhecimento como problema segundo Minayo e Coimbra (2002, p.16), revela que existe uma visão depreciativa dos mais velhos, e que isto tem sido cada vez mais alimentado nos tempos modernos principalmente por conta da ideologia “produtivista” que sustentou a sociedade capitalista industrial, o que leva a se pensar que uma pessoa que não é capaz de trabalhar e não tem uma renda própria, de pouco ou nada serve para a sua comunidade ou seu país.

Apesar das condições adversas de trabalho e de vida, a classe trabalhadora também está envelhecendo, resultante dos serviços e benefícios do Estado social. No Brasil, a carta de direitos da pessoa idosa é o Estatuto do Idoso (2013), que em seu capítulo I, referente aos Direitos Fundamentais, está escrito no Art. 9.º que “é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”. Entretanto, essa garantia é constantemente ameaçada pelas políticas de austeridade neoliberal. Dentre os direitos postos pelo Estatuto do Idoso está o de não sofrer qualquer forma de violência, sendo visto como sujeito de direitos.

A temática que envolve o envelhecimento e a violação de direitos consiste em uma perspectiva na qual, as políticas públicas, buscam identificar e coibir de maneira mais abrangente qualquer forma de violência que possa atingir a pessoa idosa, como também, as formas de prevenção, cuidados e a defesa de direitos direcionados a estes sujeitos. A violência é decorrente das relações sociais assimétricas, que expressam hierarquias, dominação, opressão, ou seja, das relações de poderes desiguais que tornam alguns sujeitos, como os de idade avançada ou crianças, mais suscetíveis a situações de risco social, ou violação de direitos, que também se difere por sexo, idade, cor, origem étnica, dentre outras.

Ao analisar os tipos de violência, a Organização Mundial de Saúde (apud BRASIL, 2018), distingue a mesma segundo a sua natureza, e também, baseando-se em aquele que é o autor da violência, isto é, quem a comete. Em relação a quem comete o ato, a violência, pode ser autoinfligida, interpessoal ou coletiva. De acordo com a natureza dos fatos, a

violência pode ser tipificada como física, psicológica, sexual e por conta de negligência e abandono. Qualquer pessoa pode ser vítima de violência, mas ela incide mais sobre as mulheres, crianças, jovens ou idosas, principalmente dentro do ambiente familiar. Enquanto outras violências como a de rua, urbana incide mais sobre homens.

As pessoas idosas quanto somam fragilidades físicas e psíquicas da idade avançada, dependência física ou emocional de familiares ou cuidadores, são presas fáceis da violência intrafamiliar ou institucional. Como destaca Berwing (2017, p.113)

os idosos também aparecem nas estatísticas como vítimas da violência intrafamiliar. Eles sofrem maus-tratos tanto na família como nas instituições de asilamento, caracterizando a violência intrafamiliar a partir daqueles que deveriam prover os cuidados. As pessoas com deficiência também entram na lista de pessoas vítimas de violência intrafamiliar, pois sofrem agressões de todos os tipos. Assim como os idosos, muitos casos de violência e violação de direitos contra as pessoas com deficiência também ocorrem nas instituições de atendimento.

A violência vai além de agressões classificadas como maus tratos físicos, pois entre os tipos de violência então citados, também existe a violência psicológica, a financeira ou econômica. Esta última, “consiste na exploração imprópria ou ilegal ou ao uso não consentido pela pessoa idosa de seus recursos financeiros e patrimoniais.” (BRASIL, 2007, p. 29), caracterizando uma exploração imprópria, ou sem o consentimento do beneficiário. No entanto, “o que diferencia a violência intrafamiliar de outros tipos de violência é o fato de que as ações são cometidas por pessoas da família ou inseridas nesse contexto” (BERWING, 2017, p. 115). Os maus tratos, a violência em si, são fragmentos de um contexto social no qual existe a ausência do provimento do cuidado por parte da família às pessoas idosas, mas revela-se ser algo bem mais estruturado, mais multifacetado, isto é, uma violência enraizada e mais presente do que se possa imaginar, camuflada dentro dos lares brasileiros e predominante em todas as classes sociais, dificultando tanto sua identificação, como as medidas cabíveis quando constatada.

Diante disso, a violência deve ser vista de maneira mais ampla, como um fenômeno social, decorrente de fatores estruturais, pessoais e biográficos e das relações interpessoais e sociais. As formas de enfrentamento das violências devem ocorrer em rede, envolvendo diferentes atores e instituições no combate, como na prevenção, assistência e garantia de direitos da pessoa idosa.

3 | O SUAS E OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA AS PESSOAS IDOSAS E SUA FAMÍLIA

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabelece uma organização das ações da política de Assistência Social de acordo com a complexidade dos serviços tendo como referência, o território, considerando as demandas e necessidades da população pertencentes ao mesmo, com a implantação de Centros de Referência em Assistência

Social (CRAS). A Proteção Social Básica é articulada com outras políticas públicas, e tem como objetivo, “a prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades a aquisição de habilidades e competências e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário.” (BRASIL, 2009, p. 14). Nesta complexidade, para atender situações que envolve idosos dependentes e necessidades de cuidados está incluído o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos. A Proteção Social Especial (PSE) divide-se em serviços de alta e média complexidade, e possui

estreita interface com o sistema de garantia de direitos e foco nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. (BRASIL, 2009, p. 21).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), é uma unidade de referência dos serviços da Proteção Social Especial. Na média complexidade encontram-se serviços como o de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Na PSE de alta complexidade, encontram-se serviços como o Serviço de Acolhimento Institucional, entre outros. O Serviço de Proteção Integral a Família (PAIF) é identificado como o principal serviço de Proteção Social Básica (PSB), e expressa a matricialidade sociofamiliar da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Os outros serviços que compõem a Proteção Social Básica são complementares ao PAIF e o PAEFI é a referência na proteção especial, sendo os outros serviços complementares e referenciados nele, voltado à indivíduos que possuem em seu componente familiar, pessoas que tiveram direitos violados, ou que estão em situação de ameaça ou risco pessoal ou social.

4 | O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS NA PSB E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS NA PSE

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias tem como principal finalidade, a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos seus usuários, visando a garantia de direitos e o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, assim como prevenir situações de risco, exclusão e isolamento social. As visitas domiciliares fazem parte do procedimento que é comumente realizado pelos profissionais que trabalham nos territórios, mas este serviço é bem mais específico, pois é voltado essencialmente para as pessoas com deficiência e também a pessoa idosa, identificando as situações de dependência dos

indivíduos, possibilitando a defesa de direitos ao acessar os demais serviços da rede.

A principal forma de acesso neste serviço acontece por meio de encaminhamentos realizados pelos CRAS's ou também, por uma equipe técnica de referência da Proteção Social Básica (PSB) do município ou DF. Para garantir resultados positivos o serviço em domicílio, deve funcionar em rede, ou com uma articulação de toda a rede (com diferentes atores e instituições governamentais e não governamentais, os diferentes poderes que compõem a rede de segurança social) em prol de um atendimento realizado de maneira mais eficaz às necessidades das pessoas idosas, tanto nos serviços socioassistenciais, como de outras políticas públicas, como os serviços da saúde, entre outros.

O serviço em domicílio e a equipe de referência, desenvolvem um trabalho importante de orientação para as famílias, viabilizando e ampliando o acesso a outros serviços socioassistenciais e setoriais. É um serviço essencial, pois, sendo a família a principal cuidadora, essa necessita ser ouvida, acessar serviços para reduzir os custos do cuidado. Onde houver CRAS, o serviço será a ele referenciado” (BRASIL, 2009a, p. 25). Este serviço da PSB tem função preventiva, ou seja, atuar antes que ocorra o risco social, a ruptura de laços familiares, as situações de violência, abandono, dentre outros. Assim, cabe aos serviços e ações desenvolvidas pela Proteção Social Básica (PSB)

planejar, executar, monitorar e avaliar ações voltadas para a prevenção de situações de violências ocorridas nas famílias e no território. A socialização de informações, a articulação da rede, a promoção do acesso à direitos, do convívio e de uma cultura de paz, comumente realizadas nos serviços da PSB, são essenciais para a prevenção da violência (BRASIL, 2018, p.86).

Diante disso, a prevenção se torna a palavra-chave que norteia a PSB, e difunde os princípios que concretizam a importância deste, entre outros serviços, que tem como público alvo, a pessoa idosa e pessoas com deficiência. Quando as situações de cuidados são envolvidas de violências, negligências, maus tratos, ou são pessoas idosas sozinhas e com necessidades especiais, elas podem buscar atendimento e acompanhamento no Serviço de Proteção Social Especial. Começando pelo PAEFI e sendo acompanhado pelo Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

O serviço em domicílio oferta um atendimento especializado à famílias que possuem em sua composição familiar, pessoas com deficiência e idosos com algum tipo de dependência e limitações agravadas por violações de direitos, isto é, em situação de risco pessoal e social, tendo como finalidade, “a promoção da autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e idosas” (BRASIL, 2009 a, p.37). Essa atenção visa “o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e/ou cuidadores, para a prevenção de possíveis situações de isolamento social e/ou abrigamento institucional, que são resultantes desse processo de violação de direitos” (idem, p.37). Desta forma, o CREAS exerce um papel crucial na inclusão e proteção social de famílias e indivíduos em situações de violações de direitos.

O Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias é essencial para minimizar os efeitos das violações e romper o ciclo de violências, criando vínculos e evitando o isolamento social. Quando acontece o abrigo institucional, significa que todos os serviços cabíveis não foram suficientes para impedir tal medida de proteção. Por isso a importância desse serviço voltado tanto à pessoa idosa como para pessoa com deficiência, pois por necessitarem de um cuidado mais específico, nem sempre encontram familiares em condições de exercer esse cuidado, ou estão estressados com o cuidado, usam substância psicoativas, tem transtornos mentais, não tem renda, dentre outras situações. Todavia, estes indivíduos em situação de dependência possuem direitos como qualquer outro, e devem viver de maneira digna e respeitosa, mesmo diante de limitações.

5 | O FUTURO DOS SERVIÇOS EM DOMICÍLIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Um dos principais problemas dos serviços em domicílio, no âmbito da política de Assistência Social, é sua não implementação na grande maioria dos municípios brasileiros. A título de exemplo a prefeitura municipal de Teresina não tem lei de regulamentação do serviço e nem o implementa, mesmo tendo gestão plena dos serviços socioassistenciais. Assim, acompanhamento de idosos em situação de isolamento, solidão, falta ou poucos cuidadores familiares, na proteção social básica são atendidos através do PAIF e, em casos de violações de direitos e violências intrafamiliares são atendidos e acompanhados pelo PAEFI, nos CREAS.

Essa situação mostra claramente que o país e, muitos municípios, não têm uma política de cuidados a idosos, exceto quando institucionalizados. A não existência do serviço, geralmente pela falta de equipes de referência completa, de carros para as visitas domiciliares, de falta de procedimentos metodológicos como um plano de acompanhamento do idoso e sua família se agrava com a conjuntura de austeridade fiscal neoliberal, congelamento do orçamento da seguridade social e cortes e contingenciamentos do orçamento da assistência social. Enquanto isso aumenta a população idosa no Brasil e das pessoas com mais de 80 anos, muitas delas com necessidades de cuidados de longa duração, ou que vivem sozinhas, que sofrem violações diversas em seus direitos. A inexistência de ações de enfrentamento tem deixado as famílias a sua própria sorte, bem como essas pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda forma de violência é uma violação de direitos. O Serviço da Proteção Social Especial voltado para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias deveria ser responsável pelo acompanhamento de famílias e indivíduos que estão em situação de

risco pessoal ou social, que foram vítimas de violências, ou que tiveram direitos violados. Mas, que tem poucas possibilidades de se efetivarem, enquanto se adotam políticas de redução do gasto público e o familismo que apela que a família cuide e proteja seus dependentes e idosos no seu domicílio arcando com os custos do cuidado, que são materiais, financeiros, emocionais, físicos e psicológicos. O SUAS prevê a proteção social para idosos dependentes e vítimas de violações de direitos. Serviços que são fundamentais para coibir e prevenir qualquer violência e violação de direitos dos/as idosos/as e indivíduos que se enquadram no perfil de usuários dos serviços. Entretanto, nem na fase de maior crescimento desta política (2003 a 2015) se adotou explicitamente uma política de cuidados para pessoas idosas e seus cuidadores, ficando os serviços tipificados, normatizados, mas não implementados no país.

Na atual conjuntura do país, em meio a pandemia do COVID-19, medidas emergenciais são adotadas, especialmente de transferência de renda, para idosos e outros indivíduos, mas os acompanhamentos, visitas domiciliares, ações conjuntas com serviços de outras políticas no domicílio estão inviabilizadas. Muitos idosos serão vítimas fatais dessa pandemia, da violência, da falta de assistência. Todavia, não desmerece a importância da proteção social da assistência social tanto na prevenção como em casos de violações de direitos e violências cometidas contra a pessoa idosa e pessoas com deficiência. Ressalta-se a questão da defesa dos direitos e respeito à dignidade da pessoa humana, pois o abandono, negligência e a exclusão social que abrange esse público, alvos dos serviços então citados, demonstram a fragilidade do papel protetivo da família e seus cuidadores, mas principalmente do Estado social. Esse papel protetor assegurado pelo Estado, mediante políticas sociais, deve ser fortalecido como a garantia da efetivação dos direitos sociais das pessoas idosas, hoje ameaçado pelos interesses avassaladores do capital financeiro.

REFERÊNCIAS

BERWIG, Solange Emilene. Violência Intrafamiliar: uma aproximação ao tema. In GROSSI, Patrícia Krieger; FONSECA JR, Roberto da Cruz e DUARTE, Joana das Flores. (Orgs) **Expressões de violência**: experiências de intervenção e pesquisa em Serviço Social. 1. ed., Curitiba: Appris, 2017, p. 111-127.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos**: fortalecimento da rede socioassistencial, Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1ª. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009 b.

BRASIL. Secretaria Municipal da Saúde (SMS-SP). **Violência doméstica contra a pessoa idosa:** orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. v. 3. São Paulo: 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília – DF, 2009. **O Sistema Único de Assistência Social.** Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>. Acesso dia: 24/01/2020.

BRASIL. **Estatuto do Idoso:** Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e das outras providências. Brasília: Senado Federal. 2013.

MINAYO, Maria Cecília Sousa.; COIMBRA JUNIOR, CEA. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Antropologia & Saúde collection, p. 7-23. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

PAIVA, Sálvea Oliveira Campelo e. Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Capital: um breve ensaio em defesa da seguridade social. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital.** Campinas: Papel Social, 2017, p. 97-117.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. Envelhecimento na Atualidade. **Estudos de Psicologia.** Campinas, p. 585-593, out – dez, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>> Acesso dia 17/02/2020.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Envelhecimento e proteção social: aproximação entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed Editora S. A., 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 